

Resumo: Os arquivos municipais encontram-se entre as instituições de memória que melhor podem contribuir para a concretização do Objetivo 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis da lista de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, contribuindo para a participação informada e crítica dos cidadãos na vida coletiva. Este artigo tem como objetivo aferir qual a prática dos arquivos municipais portugueses para a promoção da participação cidadã. A partir de uma revisão de literatura e um inquérito remetido aos dezoito arquivos municipais das capitais de distrito, assim como de outros arquivos municipais do distrito, conclui-se que a participação cidadã ainda não é um instrumento desenvolvido com frequência pelos arquivos portugueses, embora alguns já desenvolvam iniciativas que visam a participação direta dos munícipes.

Palavras-chave: Arquivo Municipal; Participação Cidadã - Portugal.

Abstract: Municipal archives are among the memory institutions that can best contribute to the achievement of Goal 11 Sustainable Cities and Communities of the United Nations 2030 Agenda list of Sustainable Development Goals, contributing to the informed and critical participation of citizens in collective life. The aim of this article is to assess the practice of Portuguese municipal archives in promoting citizen participation. Based on a review of the literature and a survey sent to the eighteen municipal archives in the district capitals, as well as other municipal archives in the district, it is concluded that citizen participation is not, yet an instrument frequently developed by Portuguese archives, although some already have initiatives aimed at the direct participation of citizens.

Keywords: Municipal Archive; Citizen Participation - Portugal.

Introdução

Os arquivos municipais estão presentes em todo o território, encontram-se entre os mais próximos da comunidade. São também, de entre os arquivos públicos portugueses, aqueles mais antigos. Simultaneamente, dado o papel dos municípios na administração do território, custodiam informação adstrita a um território, porém complexa e diversificada pelas funções e atividades documentadas.

A Agenda 2030 (ORGANIZAÇÃO..., 2015), aprovada em 2015 pela Organização das Nações Unidas, é um documento essencial para todos os países do mundo, em que se apresentam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a atingir até 2030 (ORGANIZAÇÃO..., 2016). Os 17 ODS e as 139 metas têm uma ambição universal e dizem respeito aos domínios económico, social, cultural e ambiental. Todos são integrados e indivisíveis e requerem parcerias locais e globais. Assim, os Estados, os setores do privado e do público, as instituições, os arquivos municipais e os cidadãos em geral são convidados a participar

ativamente no processo de melhoria. Os países foram convidados a desenvolver políticas, medidas e ações para os alcançar (ORGANIZAÇÃO..., 2015).

O ODS 11 foca-se no desenvolvimento de metas genéricas sobre a vida mais sustentável nas cidades, nomeadamente, garantir o acesso à habitação, melhorar serviços básicos, proporcionar o acesso a sistemas de transporte sustentáveis, aumentar a urbanização inclusiva, reduzir o impacto ambiental negativo, o acesso universal a espaços públicos inclusivos, apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas. Por fim, pretende melhorar as capacidades para planear e gerir os assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis e fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural. Encontram-se, portanto, os arquivos municipais entre as instituições de memória que melhor podem contribuir para a concretização do Objetivo 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis, meta 11.4 *Strengthen efforts to protect and safeguard the world's cultural and natural heritage*, contribuindo para a participação informada e crítica dos cidadãos na vida coletiva.

As instituições de memória (arquivos, museus e bibliotecas) têm vindo a desenvolver projetos de transcrição e leitura de manuscritos através de plataformas colaborativas, que resultam na transcrição de documentos ou na participação na indexação dos documentos, tornando os seus conteúdos mais acessíveis. Este é um dos exemplos de participação cidadã nos arquivos, em que o cidadão interessado nas temáticas e nas ações propostas por este tipo de instituição, contribui, com o seu conhecimento, para o enriquecimento dos objetos digitais, das descrições de documentos, na recolha de informações pertinentes para os fundos e coleções dos arquivos.

Correspondem assim ao desafio de Richard Cox em relação à oportunidade surgida aos arquivistas para comunicar a sua missão junto de cidadãos interessados nas práticas arquivísticas, para preservar os seus próprios documentos de arquivo e criar as suas próprias coleções (COX, 2009), e pelo seu interesse científico na recolha e transcrição de fontes.

Os arquivos municipais têm a responsabilidade em envolver os cidadãos em processos de transformação das suas realidades sociais e, em virtude da sua natureza, possibilitar o acesso livre à informação e ao conhecimento, promovendo a transparência administrativa e possibilitando o desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades que servem. Desempenham um papel vital e inclusivo na sociedade, sendo importante para a cidadania plena e para a transparência da governação. Os arquivos, sobretudo os municipais, têm um amplo campo de trabalho na área da cidadania, da integração e da coesão social (MATTOS e VIGNOLI, 2007). Uma das suas funções é tornar acessível a informação ao cidadão e criar condições para conhecer os potenciais utilizadores, as suas necessidades e expectativas.

Este artigo tem como objetivo aferir qual a prática dos arquivos municipais portugueses para a promoção da participação cidadã. Esta é a pergunta de partida que será trabalhada e analisada para identificar as ações, os eventos, as atividades desenvolvidas nos arquivos municipais portugueses.

1. Participação cidadã

No final do século XX, em vários países, assistiu-se ao surgir do movimento intitulado Nova Gestão Pública que pretendia reformar administrativamente o setor público, tornar a Administração Pública próxima dos cidadãos e incrementar uma série de políticas económicas e sociais (GRUENING, 2001), de entre as quais se destacam: a utilização de tecnologias da informação; a melhoria dos serviços prestados ao público; a alteração do papel do Estado, que passa de produtor e prestador de serviços para regulador do mercado; entre outras medidas. Deste modo, na esfera pública implementaram-se procedimentos para aumentar a satisfação dos cidadãos (GERARDO, 2019), permitindo a sua participação nas tomadas de decisão dos serviços públicos. O envolvimento dos cidadãos na vida pública, seja nas estruturas políticas ou através de instituições do setor público e da sociedade civil, impulsionado pela Nova Gestão Pública, aumentou nas últimas décadas (ROBERTS, 2004) continuando esta tendência para a participação dos cidadãos na comunidade.

A participação cidadã é um conceito complexo e ainda pouco estudado e definido, assumindo diversos significados e remetendo para ações realizadas por diferentes atores (ROBERTS, 2004). Pode referir-se a um processo individual ou comunitário por parte dos cidadãos ou referir-se a ações formais na administração pública. Comumente, entende-se a participação cidadã como um processo em que os cidadãos partilham a tomada de decisões e a produção com quem exerce funções numa instituição pública.

Hoje, o termo ‘participação cidadã’ tornou-se vulgar sendo empregado em múltiplas situações, desde a intervenção na política e nas decisões eleitorais ao envolvimento nas estruturas da sociedade civil. Habermas (1996) defendeu que a participação cidadã pode ocorrer em associações políticas e civis, corporações, sindicatos, associações profissionais, etc., em que o cidadão propõe, debate e participa em temas e tópicos, nas várias esferas da sociedade, sendo que as suas opiniões e decisões influenciam as instituições no processo de tomada de decisão.

Neste contexto, a Internet e as suas ferramentas interativas, como blogues, redes sociais, *fora*, vieram favorecer os canais de participação do cidadão na esfera pública em ambientes mais colaborativos, reforçando o seu papel, tornando-o mais consciente e responsável do bem comum. Nesta perspetiva, para Lévy (2003) as redes virtuais transformaram a esfera pública numa extensa arena, proporcionando comunicação e permitindo o surgimento do ciberespaço, um novo espaço de comunicação, de sociabilidade e de organização, além de um novo mercado para a informação e o conhecimento, composto por tecnologias, saberes e indivíduos (LÉVY, 1999).

A Internet é a plataforma ideal para aproveitar a inteligência coletiva, a qual funciona em rede, em vários domínios, de forma criativa. Permite trabalhar em rede de forma deslocalizada, assíncrona e com permanência virtual. De acordo com Surowiecki (2004), grupos de não especialistas podem trazer ideias de qualidade, que resultam não da média, mas da agregação e seleção das melhores ideias (BRABHAM, 2009). Trata-se da sabedoria das multidões. A participação cidadã é entendida como extensão lógica do processo democrático, de forma descentralizada, direta e deliberativa, sendo a infoexclusão um ponto fraco, ao impedir a participação de uma parte dos cidadãos (BRABHAM, 2009). Reconhece-se, também, que a tecnologia tem limites em relação às atividades de participação cidadã, sendo ideais aquelas que permitem a partilha de objetos digitais e

permitem conhecer a proveniência e a reutilização dos artefactos: «espaço social no qual os artefactos museológicos e os recursos coexistem com as respostas dos utilizadores de forma significativa» (DAGA *et al.*, 2022). Desta forma, o curador deixa de ser o único especialista das suas coleções, a responsabilidade pode ser partilhada com a comunidade.

Assim a Web 2.0 proporcionou alternativas em plataformas digitais colaborativas que permitiram o surgimento de novas práticas que envolvem a participação cidadã em diversas ações de comunicação, como por exemplo, com os cientistas de uma determinada área, surgindo então o conceito de Ciência Cidadã. Este conceito foi cunhado por OBERG (1979), aludindo às contribuições científicas do *citizen-scientist* que é o investigador amador. Na década de 1990, surgem definições propostas por vários autores, entre os quais Alan Irwin e Rick Bonney, referindo-se aos projetos de envolvimento da participação cidadã com os cientistas, aos projetos que se abrem à cidadania científica (RIESCH e POTTER, 2014).

A Ciência Cidadã é uma abordagem científica de investigação envolvendo cientistas e cidadãos nas várias atividades de investigação, gerando resultados e proporcionando novas visões sobre os fenómenos observados e estudados. Ambos os intervenientes beneficiam desta cooperação e o contributo científico é reconhecido (EUROPEAN..., 2015).

Já o conceito de mediação desenvolvido por Jesus Martin Barbero, mas proveniente das Ciências da Comunicação, foi analisado criticamente por Silva (2010), e pode ser útil no contexto da Ciência da Informação. O mediador cultural é assimilado ao bibliotecário-animador cultural com preocupações sociais e interveniente em espaços marginalizados.

A utilidade do conceito é evidente num contexto de enormes fluxos de informação, nomeadamente no que respeita à pertinência da avaliação e seleção da informação, as ações que podem permitir o acesso e a apropriação crítica da informação. O desenvolvimento da digitalização nos arquivos e respetiva colocação em linha de descrições e objetos digitais impõe um esquema de catalogação e indexação, bem como tutoriais que configuram ainda uma mediação custodial.

A mediação pós-custodial é, apesar de tudo, condicionada pela informática, que controla a interação dos utilizadores e a torna reativa. Para que a mediação seja útil, a avaliação e seleção da informação, após estudos das necessidades e perfis de utilização, são essenciais. Mas o processo colaborativo é diferente do carácter educativo tradicional e exige mudanças: interferência direta na escolha dos conteúdos; elaboração de metadados. Estas duas ações exigem a literacia informacional, conjunto de competências cognitivas para a pesquisa, a avaliação e o uso da informação.

Também os especialistas da informação são seduzidos pela colaboração, segundo Silva (2010): «O tópico da colaboração dos utilizadores está a seduzir, indiscutivelmente, o especialista da informação, obrigando-o a acompanhar as iniciativas, em crescimento exponencial, baseadas na web 2.0».

1.1. Participação cidadã nos arquivos

A participação cidadã ainda não é um instrumento desenvolvido com frequência pelos arquivos, em geral, embora alguns já desenvolvam iniciativas que visam a participação direta dos munícipes e cidadãos.

A cocriação e a participação, do tipo *crowdsourcing*, entre os intermediários da informação, sejam arquivos, organizações da sociedade civil, líderes, indivíduos e outros, são meios que podem e devem ajudar os governos, as instituições, a comunicar, a organizar, a estruturar e a compreender a informação e os dados que são fundamentais para o desenvolvimento sustentável (INTERNATIONAL..., 2014) e para a consolidação da organização da informação das instituições de memória.

As vantagens e oportunidades na inclusão dos cidadãos em projetos desenvolvidos pelos arquivos locais, prendem-se com o facto de muitos possuírem o conhecimento e a memória local que lhes permite ajudar e contribuir, enquanto inteligência coletiva (LÉVY, 1997), para diversas tarefas, entre as quais a organização e a descrição dos documentos dos arquivos.

A modalidade de participação do cidadão em formato de *crowdsourcing* é aquela mais comum tanto nos arquivos, como noutras instituições de memória, sendo uma modalidade convidativa à participação pública e ao envolvimento de redes e grupos comunitários locais (HETLAND, PIERROUX e ESBORG, 2020).

As instituições de memória que audaciosamente desenvolvem projetos de ciência cidadã asseguram várias condições prévias: dispor de guias e diretrizes para a descrição, listas de perguntas e respostas frequentes, uma política de voluntariado digital. Zastrow (2014) reconhece ainda, citando Bartlett (2014), que há o risco da exploração do trabalho voluntário e a tentação de desinvestimento nos serviços de informação, dados os resultados da colaboração dos cidadãos. Mas conclui que os projetos de ciência cidadã, tal como Cox (2009) advogou no que respeita aos arquivos pessoais e familiares, contribuem para a formação e captação de utilizadores, encorajam o sentido de património comum e permitem a conclusão de projetos que, de outra forma, não se realizariam.

Constata-se, ainda, um pouco por todo o mundo, pouca divulgação e falta de estudos e de implementação de projetos de participação cidadã em arquivos.

Na Coreia do Sul, os investigadores Kang, Lim e Oh (2022) realizaram um estudo para preparar questões e planos de ação específicos que conduzam a uma participação mais ativa do cidadão nos arquivos, analisando os prós e os contras desta participação. Tiveram como objetivo apresentar uma contribuição para o estabelecimento de uma cultura concebendo e operacionalizando programas de participação cidadã adequados.

Zastrow (2014) identificou obstáculos e resistências aos projetos de ciência cidadã e identificou e valorizou as vantagens. O *crowdsourcing* em arquivos e coleções especiais materializa-se num conjunto de tarefas, como transcrição de manuscritos digitalizados; indexação de documentos genealógicos; legendagem e atribuição de palavras-chave a imagens históricas; identificação de pessoas e locais em fotografias; correção de erros no reconhecimento ótico de caracteres nas coleções de periódicos digitalizados; adicionar conteúdos a mapas, ou a transcrição de testemunhos orais. Um dos projetos mais interessantes descritos pelo autor é o projeto *Smithsonian Transcription Center*. Este projeto assegura um sistema flexível que permite aos utilizadores colaborar na tradução, transcrição e discussão de documentos e inclui controlo de qualidade.

Ainda outro exemplo, o projeto-piloto que pretende realizar a transcrição dos manuscritos *Field of Glagolitics*, na modalidade de *crowdsourcing*, está a ser desenvolvido pelo Centro

de Investigação Glagolítico, o Departamento de Ciências da Informação, ambos da Universidade de Zadar e pelo State Archives de Zadar (Croácia), entre 2021 e 2022. Analisam as possibilidades e benefícios da participação cidadã na transcrição de manuscritos em escrita glagolítica croata que apresentem uma fonte valiosa para a história local. Pretendem criar uma base sólida para envolver o cidadão em projetos científicos, nas disciplinas de humanidades (TOMIĆ, GRZUNOV e DRAGIJA IVANOVIĆ, 2021).

Numa outra vertente, em vários países desponta o interesse, por parte dos cidadãos, na construção de arquivos comunitários, nos quais o cidadão comum recolhe e preserva os seus próprios documentos privados e/ou documentos com características públicas regionais. É uma tendência a crescer, em que o arquivista cidadão solicita informação e apoio junto dos profissionais da área. Por sua vez, as instituições que detêm arquivos públicos proporcionam programas e atividades educativas para promover práticas arquivísticas junto dos cidadãos (KANG, LIM e OH, 2022; DOSOON, 2021).

Perpinyà-Morera e Cid-Leal (2020) analisaram as estratégias de arquivamento de documentos gerados em eventos de relevantes mobilizações cidadãs que ocorreram em Espanha, desde 2004, como o Movimento 15M ou dos Indignados, o Referéndum, entre outros, revelando que estes movimentos de cidadãos demonstraram uma vontade explícita para construir a história e, assim, fazer reconhecer na sociedade os seus direitos, através do empoderamento dos arquivos dos próprios movimentos sociais. Tradicionalmente, as instituições arquivísticas não têm sido recetivas a este tipo de coleções, mas verificou-se um certo ativismo arquivístico na sua formação, tendo levantado a questão do envolvimento dos arquivos do estado na preservação da memória, que se deseja o mais plural possível, apoiando no tratamento até à preservação e guarda destas coleções arquivísticas.

Smith e Gotman (2021) citam um caso em que é o próprio Estado (Carolina do Norte, Estados Unidos da América) a solicitar a colaboração do cidadão e de organizações sociais, de empresas, de instituições académicas e de grupos comunitários para reunir material documental, relacionado com a participação do país na Grande Guerra de 1914-1918. Como não possuíam políticas administrativas, meios financeiros, nem recursos humanos especializados para o fazer, solicitaram ao cidadão - o cidadão arquivista - que desempenhasse estas tarefas voluntárias relevantes para a história do país.

1.2. O caso dos arquivos portugueses

Não existem relatos, estudos e resultados sobre a participação cidadã nos arquivos em Portugal. Por vezes, alguns arquivos municipais já desenvolvem ações de salvaguarda e formação, sem que, no entanto, essas iniciativas sejam qualificadas como de participação cidadã. É o caso da recolha ativa de documentos na comunidade no âmbito de programas de valorização dos arquivos das coletividades dos seus concelhos, como o Projeto de Salvaguarda dos Arquivos das Associações de Cultura, Recreio e Desporto, de iniciativa da DGLAB, mas com a participação de arquivos municipais, de redes de arquivo e a importante coautoria da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto¹. O projeto já resultou na publicação do *Guia de boas práticas para os arquivos*

¹ A página do projeto pode ser consultada em: <https://arquivos.dglab.gov.pt/programas-e-projectos/projetos-de-salvaguarda-do-patrimonio/projeto-arquivos-associacoes/>.

das associações de cultura, recreio e desporto. Gestão de documentos de uso corrente (PORTUGAL *et al.*, 2019). Por sua vez, a Rede de Arquivos do Algarve apresentou os primeiros resultados da intervenção arquivística realizada nas próprias coletividades e ações de formação, incorporação e depósito de outros fundos, também no âmbito deste projeto (REDE..., 2018).

O estudo de Silva, Borges e Marques (2018) compara a participação cidadã, através da mediação dos arquivos locais/municipais, nas realidades de Inglaterra e de Portugal. Refere, em relação a Portugal, apenas seis arquivos e respetivos projetos: o Arquivo Histórico Municipal de Albufeira - Coleção de fotografias antigas de Albufeira, Genealogia do Algarve e Casas com história; o Arquivo Municipal da Trofa - Centro de Informação Digital Local; o Arquivo Municipal de Palmela - Uma imagem, Mil Memórias; o Arquivo Municipal de Oliveira de Azeméis - recolha de fotografias; o Arquivo Municipal de Lisboa - Traça: coleção de filmes dos arquivos familiares; o Arquivo Municipal de Cascais - Partilhar Memórias é Fazer História (no Flickr), convite para colaborar na descrição, através de comentários e envio de fotografias. Em Inglaterra há uma tradição no investimento da comunicação dos arquivos e no estímulo à participação cidadã, em Portugal ainda se está na fase no investimento em edifícios e equipamentos, bem como na formação de equipas nos arquivos municipais. Veja-se a este respeito o mais recente inquérito aos arquivos municipais apresentado pelo Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Profissionais da Informação e Documentação em 2019 (FREITAS e MARINHO, 2019). Segundo o mesmo, verifica-se que 57% dos municípios respondentes (somente 59% do total de municípios) afirmaram existir um arquivo na sua organização, e 2% afirmaram que os serviços não estavam ainda criados ou se encontravam em implementação.

Recentemente, o Arquivo de Botânica do Departamento de Ciências da Vida, da Universidade de Coimbra, desenvolveu um projeto de transcrição de conteúdo de cartas manuscritas - Cartas da Natureza (<https://cartasdanatureza.uc.pt/>) -, datadas entre 1870 e 1928, por centenas de cidadãos-cientistas de todo o mundo, a partir da plataforma [Zooniverse](#). Esta iniciativa partiu do Arquivo, em abril de 2019, e envolveu cidadãos, que participaram voluntariamente transcrevendo os dados das cartas que diziam respeito à temática de Botânica (herbários, taxonomia de plantas, espécies botânicas, nomes de cientistas). Em 2022, na plataforma Zooniverse estão disponíveis os conteúdos transcritos, numa base de dados pesquisável. Este é um excelente exemplo de como um arquivo pode envolver o cidadão na participação de atividades científicas e que é considerado um projeto de ciência cidadã.

Em 2014, as investigadoras Rosa e Nóvoa (2014) reuniram no livro *Arquivos de família: memórias habitadas: Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*, um conjunto de textos de especialistas em Arquivística, preservação e restauro, que pretendia ser um guia com informações e conselhos práticos sobre os acervos documentais privados, pessoais e familiares, no sentido de dotar o cidadão comum de competências para tratar e proteger o seu património. Este guia foi apresentado ao público em alguns arquivos municipais portugueses e serviu de pretexto para os motivar na inclusão de atividades educativas, sobre esta temática, destinadas aos cidadãos do concelho.

2. Método

Pretende-se, com este trabalho, ter uma visão das práticas e das opiniões dos responsáveis dos arquivos municipais sobre a participação cidadã nas tarefas e nos serviços disponibilizados pelos arquivos municipais; conhecer se os arquivos contribuem para os desafios e compromissos da Agenda 2030, se contribuem para o plano global desta Agenda, nomeadamente para o ODS 11 e, em particular, para as metas mais congruentes a desenvolver pelos serviços dos arquivos face à participação do cidadão na cocriação de produtos e serviços.

Trata-se de um estudo de carácter exploratório, com duas fases, a revisão da literatura e a recolha de dados. Para a revisão da literatura, foram realizadas pesquisas bibliográficas com recurso a bases de dados: LISTA (Library, Information Science & Technology Abstracts), Scopus e Web of Science, restringindo a área de conhecimento às Ciências Sociais, com os termos de pesquisa “citizen archivist*”, (“citizen archivist AND archives OR archival OR archive”), “citizen participation in municipal services”, (“citizen participation OR citizen curation OR citizen mobilizations AND archiv*”). A recolha de dados para a elaboração da revisão da literatura foi realizada no dia 10 maio de 2022. A pesquisa em bases de dados foi complementada com recurso a alguma bibliografia selecionada que se considerou relevante para o problema de investigação.

Utilizaram-se métodos mistos, para a obtenção de dados sobre a pergunta de partida, selecionou-se, no universo de 308 municípios, uma amostra por conveniência (COUTINHO, 2011), um arquivo de um dos municípios que faz parte dos 18 distritos em Portugal continental. Enviou-se um inquérito por questionário, por correio eletrónico, aos responsáveis dos arquivos, durante o mês de junho de 2022. Sempre que não foram obtidas respostas dos selecionados, foi contactado outro arquivo municipal do mesmo distrito.

Foi remetido um inquérito com 27 questões aos 18 arquivos municipais das capitais de distrito do continente português, assim como a outros dois arquivos municipais. O questionário foi dividido em cinco partes: identificação do respondente; identificação do serviço; os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e os arquivos municipais; a participação cidadã nos arquivos municipais e a participação municipal no arquivo municipal do respondente. Várias questões são de resposta opcional, outras podem ter múltiplas ocorrências.

Neste artigo, não foram tratadas outras questões em que se solicitou a opinião dos responsáveis sobre esta temática, as quais serão tratadas num trabalho futuro.

3. Resultados e discussão

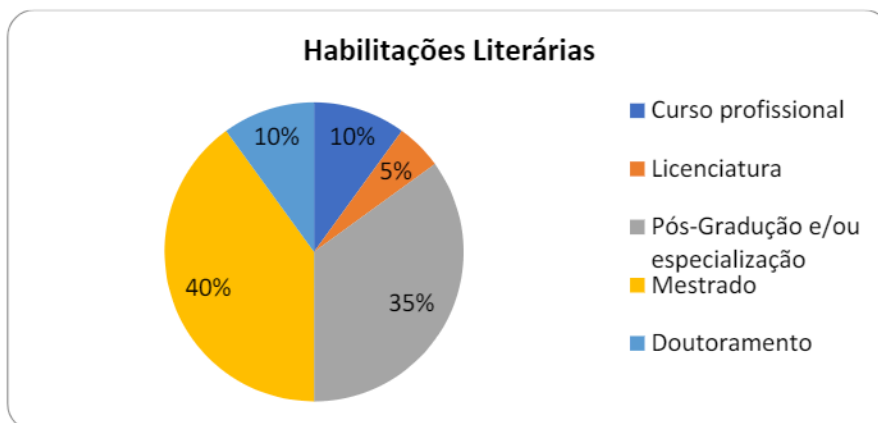
Foram obtidas respostas de vinte arquivos, em dezassete distritos de Portugal Continental. Apenas do distrito de Bragança não foram obtidas respostas. Em três distritos responderam dois arquivos municipais: Leiria, Lisboa e Setúbal.

3.1. Identificação do responsável do serviço

3.1.1. Habilitações literárias

De acordo com as vinte respostas, 75% dos respondentes possuem estudos pós-graduados (40% mestrados e 35% pós-graduação). Apenas um afirmou ter uma licenciatura, enquanto dois responderam ter o curso profissional. O mesmo número, de dois respondentes, é doutorado (fig. 1).

Fig. 1. Habilitações literárias dos responsáveis dos arquivos municipais (n=29)

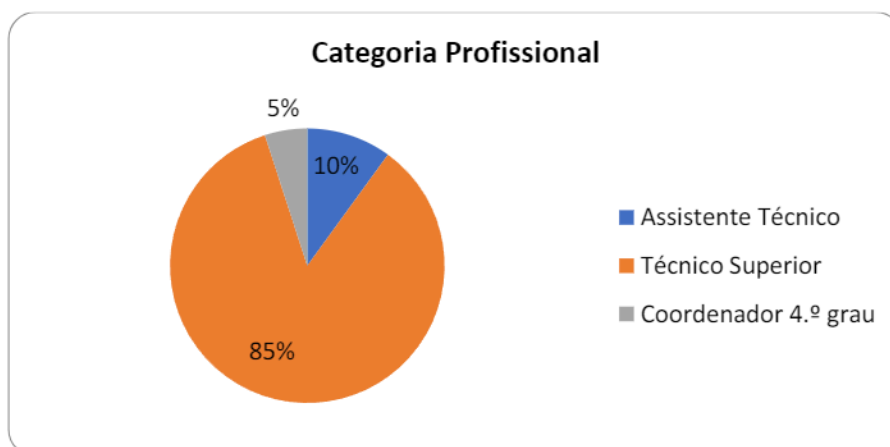


Fonte: Elaboração própria.

3.1.2. Categoria profissional

No que concerne à categoria profissional, foram obtidas 20 respostas. Como consequência da formação superior dos respondentes, 85% é técnico superior e 10% é assistente técnico. Apenas um dos respondentes é um dirigente intermédio de 4.º grau (fig. 2).

Fig. 2. Categoria profissional dos responsáveis dos arquivos municipais (n=20)



Fonte: Elaboração própria.

3.1.3. Formação na área de Bibliotecas, Arquivos e Documentação

Foram obtidas 20 respostas, e apenas um responsável respondeu não ter formação na área de Bibliotecas, Arquivos e Documentação

3.1.4. Função / Cargo no serviço

Esta questão foi também respondida por vinte respondentes. Nas respostas sobressai a variedade das designações das funções ou cargos nos serviços. A mais comum é «coordenador», designação que engloba quer o dirigente de 4.^o grau, cujo cargo de coordenação é previsto na lei, até dirigentes de terceiro grau e os «coordenadores», sem relação com a carreira. A designação mais identificada a seguir, com quatro menções, é a de «responsável pelo arquivo». Destacam-se ainda alguns profissionais que são «chefes de divisão» (duas respostas), «chefe de unidade» (duas respostas), «dirigente de 3.^o grau» (duas respostas) e um «diretor de departamento de arquivo». Finalmente, um respondente identifica-se como «arquivista», outro como «técnico superior», enquanto dois são «assistentes técnicos».

As respostas parecem indiciar que vários serviços de arquivo são unidades orgânicas com alguma autonomia nas organizações.

3.1.5. Sexo

As respostas a esta questão, em número de vinte, são indicativas da feminização da profissão, sendo que 70% dos profissionais são do género feminino.

3.2. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o papel do Arquivo Municipal

À questão de saber se os respondentes consideram que o arquivo municipal, quanto ao envolvimento da participação cidadã na salvaguarda do património, pode ter um papel ativo, segundo uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11.4), a totalidade das respostas foi favorável ao desempenho de um papel ativo dos arquivos municipais no que respeita ao envolvimento da participação cidadã nesse esforço.

3.3. Opinião sobre a participação cidadã nos arquivos municipais

3.3.1. Cerca de metade dos respondentes (55%) respondeu positivamente à questão sobre o seu conhecimento sobre o conceito de Participação cidadã e sobre as práticas arquivísticas que poderiam usufruir desta participação, embora uma parte não desprezível (45%) ainda não esteja familiarizada com a problemática. Obtiveram-se 10 respostas à questão de saber como os respondentes obtiveram informação sobre o conceito e as respostas salientam que preferencialmente foi com a consulta de bibliografia em linha (sete respostas), dos grupos de trabalho e suas discussões nas redes sociais (duas respostas). Num caso apenas, o conhecimento foi obtido «após frequência de estágio no estrangeiro».

3.3.2. A questão de como é valorizada a seguinte afirmação «incluir a prática de participação cidadã no arquivo municipal contribui para uma mudança social de abertura do governo local ao cidadão fortalecendo os laços com a comunidade», obteve 20 respostas.

Na sua maioria, os profissionais consideram «muito importante» a prática da participação cidadã no arquivo municipal (80%), enquanto 20% considera-a «importante».

3.3.3. Solicitou-se a opinião sobre a criação, no plano de atividades do arquivo, de ações educativas com informações e conselhos práticos sobre acervos de índole pessoal e familiar (tratamento, preservação, proteção e divulgação), para apoiar os cidadãos/ associações/coletividades do seu município. Para esta questão apresentaram-se três hipóteses de resposta: Importante, Muito Importante e Sem Opinião. Foram obtidas vinte respostas, distribuídas da seguinte forma: sete respondentes consideram «Importante» (35%) a disponibilização de ações educativas sobre arquivos privados; a maioria de 12 respostas (60%) indica a ação «Muito Importante». Apenas um respondente afirmou ser «Sem opinião.»

3.4. Participação cidadã no arquivo municipal

3.4.1. À questão sobre se o arquivo municipal já desenvolveu alguma ação com vista à participação cidadã, obtiveram-se os resultados que podem ser visualizados na fig. 3.

Fig. 3- Ações desenvolvidas para a participação cidadã no Arquivo Municipal (n=20)



Fonte: Elaboração própria.

Esta questão de resposta múltipla teve 34 ocorrências, a partir das opções dadas no questionário. Apenas quatro profissionais responderam que o arquivo «Não desenvolve nenhuma ação», o que significa que, dentro desta amostra, apenas 20% dos arquivos municipais não reúnem as condições para desenvolver atividades de participação cidadã.

A ação com dez respostas, foi a «Descrição de imagens e de outros tipos de documentos». Segue-se, com nove respostas, «Pedido de empréstimo de documentos ao cidadão (áudio, vídeo, papel, outros suportes) para integração nos fundos e/ou exposição». A «transcrição de documentos» foi referida em oito respostas.

Estas atividades são as mais aplicadas pelos arquivos, exigem investimento nos recursos humanos e técnicos, assim como uma gestão estratégica do serviço orientada para a participação dos utilizadores. Mas não exigem investimento em mais recursos ou na melhoria dos já existentes. Tiram partido dos recursos humanos e dos equipamentos, nomeadamente, dos digitalizadores, que habitualmente já existem.

No que respeita a ações mais exigentes, que implicam o investimento em equipamentos para o registo audiovisual, nomeadamente «Pedido de participação para testemunhos orais sobre a história local», apenas se registam duas respostas. Quanto à atividade «Formação ao cidadão/associações/coletividades em tratamento técnico arquivístico», por exigir preparação específica de conteúdos, a disponibilidade dos recursos humanos e a construção de uma relação institucional, é aquela que apenas recolhe apenas uma resposta.

3.4.2. À questão de saber se o arquivo municipal pretende desenvolver alguma ação com vista à participação cidadã, dos vinte arquivos respondentes, apenas um não manifestou interesse em realizar ações futuras com vista à participação cidadã, respondendo «Não pretende realizar nenhuma ação». O questionário previa oito tipos de ação, que reuniram 47 respostas (tabela 1). Quando comparamos com as ações que no presente são executadas, nota-se um acréscimo de mais quatro atividades. Os quatro arquivos que responderam anteriormente que «não desenvolve[m] nenhuma ação», reduzem-se a apenas um.

Tabela 1- Ações futuras de estímulo à participação cidadã (n=20)

Ação	Nº
Não pretende realizar nenhuma ação	1
Correção de textos digitalizados por OCR	2
Participação em investigação genealógica	2
Pedido de participação para vídeos/testemunhos orais/história local	3
Formação ao cidadão/associações/coletividades em trata. técn. arquivístico	5
Recolha de informação/comentários de assuntos p/melhorar descrição património arquivístico	6
Transcrição de documentos	6
Pedido empréstimo doc. ao cidadão para integrar fundos e/ou exposições	10
Descrição de imagens e de tipos de documentos	12

Fonte: Elaboração própria.

As ações que os respondentes pretendem realizar no futuro não são muito diferentes daquelas que já desenvolvem no presente: «Descrição de imagens e de outros tipos de documentos» (doze respostas) e «Pedido de empréstimo de documentos ao cidadão (áudio, vídeo, papel, outros suportes) para integração nos fundos e/ou exposições», com dez

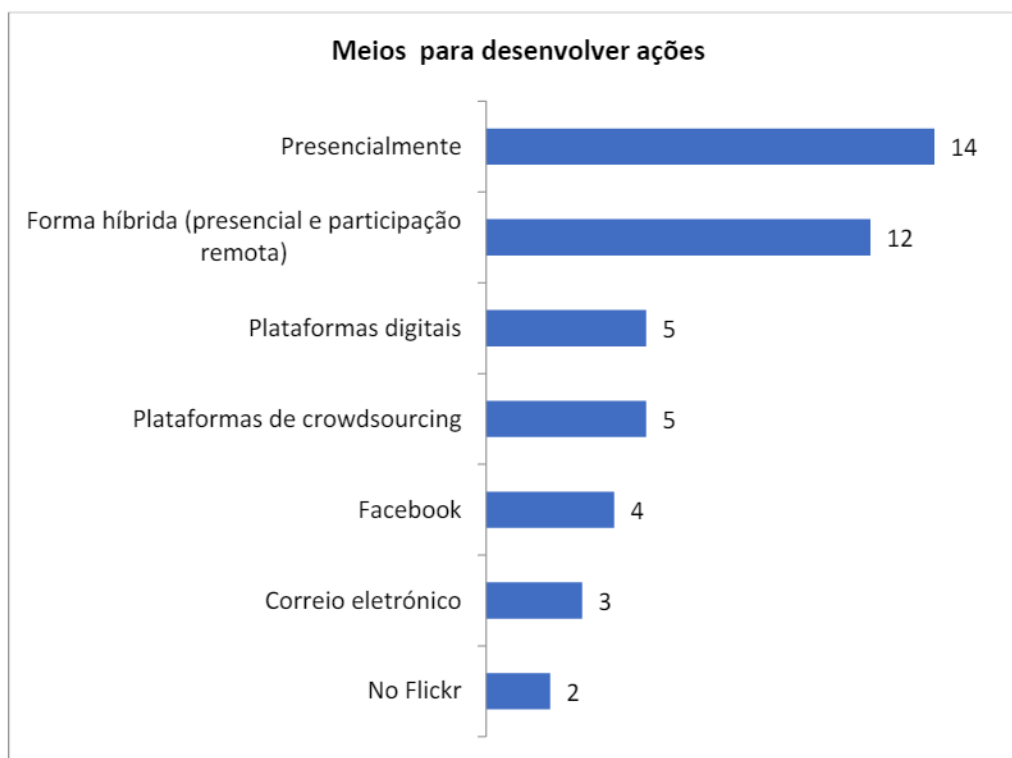
respostas, são as preferidas. A ação «Formação ao cidadão/associações/coletividades em tratamento técnico arquivístico» aumenta para cinco respostas. A ação «Pedido de participação para testemunhos orais sobre a história local» recebe três respostas. Apenas a «Transcrição de documentos» diminui, com apenas seis respostas em comparação com as oito das atividades realizadas no presente.

Três novas atividades foram indicadas para realização futura: «Recolha de informação e comentários sobre assuntos para melhorar a descrição do património arquivístico» (seis respostas); «Correção de textos digitalizados por OCR» (duas respostas); «Participação em investigação genealógica» (duas respostas).

3.4.3. Outra questão foi sobre saber se o Arquivo Municipal procura parcerias com redes, associações ou com outros setores profissionais para desenvolver ações conjuntas relativas ao seu património arquivístico. O número de respostas, treze (65%), foi positivo. Os arquivos municipais procuram trabalhar em rede com a comunidade e com outros setores profissionais.

3.4.4. Questionou-se sobre de que forma é que o arquivo municipal desenvolve e/ou gostaria de desenvolver ações de participação cidadã.

Gráfico 4- Formas de desenvolvimento das ações (n=20)



Fonte: Elaboração própria.

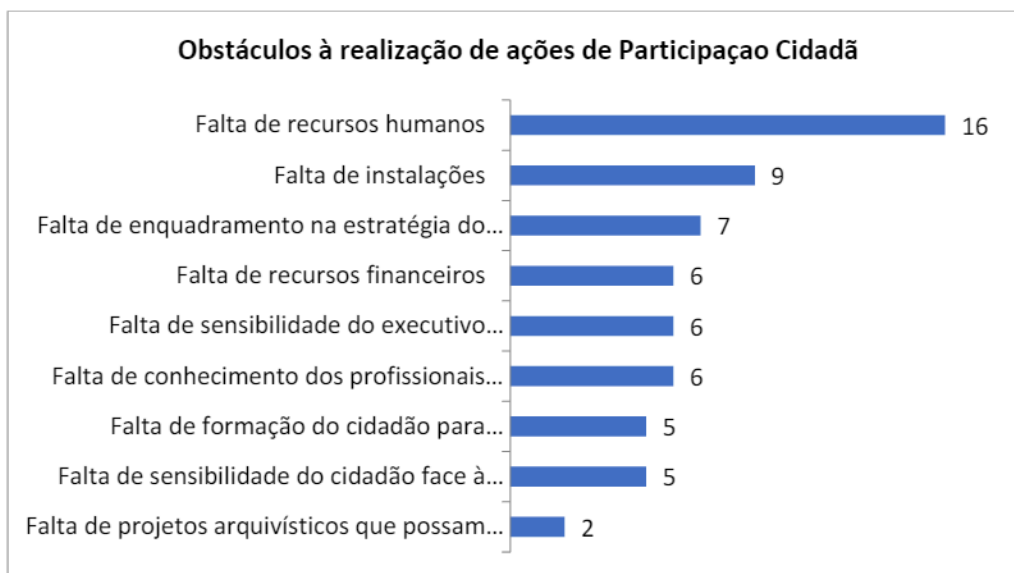
Obtiveram-se vinte respostas a esta questão (gráfico 4). Os respondentes preferem desenvolver atividades presenciais (14) e, talvez por estímulo dos confinamentos trazidos

pela Covid-19, de forma híbrida (12). As formas remotas que exigem o recurso às novas tecnologias da informação têm ainda menor preferência: plataformas de *crowdsourcing* e plataformas digitais (5); a rede social Facebook (4); o correio eletrónico (3) e por fim a rede social Flickr (2).

3.4.5. Sobre quais são os obstáculos que impedem, ou no passado impediram, a realização de atividades de participação cidadã, foi respondida pelos vinte respondentes. Dado que a escolha era múltipla, obtiveram-se 62 respostas para nove obstáculos previamente identificados no questionário (gráfico 5).

Os itens com o maior número de respostas derivam da organização dos arquivos municipais. Em primeiro lugar, com dezasseis respostas (26%), a «falta de recursos humanos»; em seguida, a «falta de instalações» (14%, nove respostas). Portanto, as condições materiais básicas para realizar atividades de difusão, uma das funções arquivísticas (Couture, 1999).

Gráfico 5- Obstáculos à realização de ações de participação cidadã



Fonte: Elaboração própria.

O terceiro item com mais ocorrências deriva da dificuldade de inserir a participação cidadã na estratégia do arquivo: a «Falta de enquadramento na estratégia do Arquivo Municipal», que conta com sete respostas, 11%.

Com seis respostas cada, surgem mais três itens, cada um representando 10%. Um deles relaciona-se com os próprios profissionais e a «Falta de conhecimento dos profissionais sobre o que é a participação cidadã». Os outros dois, mais uma vez, relevam da organização e da relevância atribuída aos serviços de arquivo: «Falta de sensibilidade do executivo municipal» e «Falta de recursos financeiros».

Dois itens apontam para a necessidade de formar e sensibilizar os cidadãos, uma tarefa que pode ser dividida entre os profissionais da informação e a opinião pública, e implica um

esforço de formação dos cidadãos. Os dois primeiros contam com cinco respostas cada (8%): «Falta de sensibilidade do cidadão face à sua participação no arquivo»; «Falta de formação do cidadão para participar em projetos institucionais públicos».

O último item identificado pelos respondentes «Falta de projetos arquivísticos que possam ser partilhados com o cidadão», contou com duas respostas (3%), concerne à dificuldade sentida ainda numa área recente de intervenção para os profissionais dos arquivos portugueses.

Conclusões

A partir do questionário realizado, a que responderam vinte arquivos municipais de Portugal Continental, distribuídos por dezassete distritos, a participação cidadã não é um conceito desconhecido, embora ainda esteja pouco consolidado.

A maioria dos respondentes tem formação pós-graduada na área da informação arquivística, em serviços com alguma autonomia e identidade orgânica na organização. Estes respondentes concordam com a relação dos arquivos com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metade deles conhece o conceito de Participação Cidadã, especialmente através da literatura, de grupos de trabalho e redes sociais. Os responsáveis dos arquivos estão alinhados com os desafios e compromissos da Agenda 2030, nomeadamente com o ODS 11. Pode afirmar-se que metade destes respondentes está, em particular, consciente que ao desenvolver serviços nos arquivos, face à participação do cidadão na cocriação de produtos e serviços, está a contribuir para o cumprimento do plano da Agenda 2030.

A grande maioria dos respondentes (80%) considera a participação cidadã nos arquivos municipais muito importante e, conseqüentemente, também uma parte relevante dos respondentes (60%) considera muito importante a inclusão de iniciativas que a promovam nos planos de atividades dos serviços.

No entanto, nem todos os arquivos municipais desenvolvem ações neste sentido, embora a proporção seja apenas de 20% dos respondentes. As ações preferidas aproveitam os recursos humanos e materiais já existentes e são por eles determinadas, como, por exemplo, a descrição de imagens e de outro tipo de documentos e o pedido de empréstimo ao cidadão de documentos para digitalizar ou a transcrição de documentos. De facto, os obstáculos ao desenvolvimento de atividades que estimulem a participação cidadã encontram-se na exiguidade dos recursos humanos, das instalações e dos recursos materiais. Mesmo no que respeita às modalidades de participação, as atividades presenciais são ainda as preferidas, mas as formas híbridas são cada vez mais importantes. A utilização de plataformas digitais colaborativas, específicas para a participação cidadã, é ainda pouco reconhecida. Constata-se a necessidade formação e de sensibilização aos profissionais dos arquivos sobre esta temática, e o mesmo se poderá concluir no que concerne aos cidadãos.

Os profissionais de informação terão, portanto, oportunidades futuras de intervenção no que respeita à renovação dos seus próprios conhecimentos e a oportunidades para oferecerem formação aos cidadãos, utilizadores de informação arquivística, para se tornarem críticos e mais intervenientes no processo de participação cidadã. No entanto, os

recursos disponíveis nos arquivos municipais colocam em risco a vontade de realização futura de atividades mais diversas e em maior número. Deste ponto de vista, a colaboração com a comunidade e com outros setores profissionais, reconhecida pelos profissionais, é uma opção não negligenciável. Foi afirmado pelos respondentes, que os arquivos municipais procuram e deverão procurar trabalhar em rede com a comunidade e com outros setores profissionais.

A área da participação cidadã nos arquivos municipais portugueses está ainda pouco consolidada, mas o interesse destes vinte arquivos municipais é prenunciador da sua importância para as organizações e para a sua visibilidade social.

Os arquivos podem criar ligações e envolver os cidadãos em práticas de cidadania, nas cidades onde estão implantados, para uma vida mais sustentável e transformadora, enquadrando as realidades sociais, culturais e ambientais, e por fim fortalecendo esforços para proteger e salvaguardar o património cultural arquivístico.

Referências bibliográficas

BARTLETT, Jennifer A.

2014 Internet reviews: crowdsourcing in Libraries and Archives. *Kentucky Libraries*. [Em linha]. 78:2 (Spring 2014). [Consult. 2 maio 2022]. Disponível em: https://uknowledge.uky.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1249&context=libraries_facpub.

BRABHAM, Daren C.

2009 Crowdsourcing the public participation process for planning projects. *Planning Theory*. [Em linha]. 8:3 (2009) 242-262. [Consult. 3 maio 2022]. Disponível em: <http://plt.sagepub.com/content/8/3/242>.

COUTINHO, C.

2011 *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Lisboa: Almedina, 2011.

COUTURE, Carol

1999 La Politique de gestion des archives. In *Les Fonctions de l'Archivistique Contemporaine*. Sainte-Foy: Presses de l'Université du Québec, 1999, p. 3-30.

COX, R. J.

2009 Digital curation and the citizen archivist. *Digital Curation: Practice, Promises & Prospects*. [Em linha]. (2009) 102-109. [Consult. 22 jun. 2022]. Disponível em: <https://d-scholarship.pitt.edu/2692/1/CoxOfficialSubmissionRevision.pdf>.

DAGA, Enrico [et al.]

2022 Integrating citizen experiences in cultural heritage archives: requirements, state of the art, and challenges. *Journal on Computing and Cultural Heritage*. [Em linha]. 15 (Feb. 2022) 1-35. [Consult. 12 jun. 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/3477599>.

DOSOON, L.

2021 A Study on the direction of 'Citizen Archivist' training program. *The Korean Journal of Archival Studies*. [Em linha]. 69 (2021) 95-128. [Consult. 30 jun 2022]. Disponível em: <https://koreascience.kr/article/JAKO202123261819157.page>.

EUROPEAN CITIZEN SCIENCE ASSOCIATION

2015 *10 Princípios da Ciência do Cidadão*. [Em linha]. 2015. [Consult. 10 maio 2022]
Disponível em:
https://ecsa.citizen-science.net/sites/default/files/ecsa_ten_principles_of_citizen_science.pdf.

FREITAS, C.; MARINHO, V.

2019 Arquivos municipais: nótulas ao 6º inquérito nacional. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS MUNICIPAIS, 13º, Cascais, 2019 - *Gestão Documental: Interoperabilidade e acesso continuado: atas*. [Em linha]. Lisboa: BAD, 2019. [Consult. 4 maio 2021]. Disponível em:
<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/2040>.

GABRIEL, G.

2019 *A Comunicação nos Arquivos Municipais: Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri, 2019.

GERARDO, A.

2019 *A Nova Gestão Pública em Portugal: a perceção dos dirigentes públicos*. Lisboa, 2019.
Dissertação de mestrado - ISCTE-IUL.

GRUENING, G.

2001) Origin and theoretical basis of New Public Management. *International Public Management Journal*. 4:1 (2001) 1-25.

HABERMAS, J.

1996 *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge: MIT Press, 1996.

HETLAND, P.; PIERROUX, P.; ESBORG, L., ed.

2020 *A History of participation in museums and archives: traversing Citizen Science and Citizen Humanities*. [Em linha]. New York: Routledge, 2020. [Consult. 4 jun. 2022]. Disponível em:
<https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/51588/9780429590788.pdf?sequence=1>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2014 *The Lyon Declaration: on access to information and development*. [Em linha]. 2014. [Consult. 30 maio 2020]. Disponível em: <http://www.lyondeclaration.org/>.

KANG, Y.; LIM, J.; OH, H-J.

2022 Adoption plans of a citizen-participating programs to domestic archives. *Journal of the Korean Society for Information Management*. [Em linha]. 39:1 (2022) 171-193. [Consult. 4 jul 2022]. Disponível em:
<https://doi.org/10.3743/KOSIM.2022.39.1.171>.

LÉVY, P.

2003 *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

LÉVY, P.

1999 *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P.

1997 *A Inteligência colectiva: para uma Antropologia do ciberespaço*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

MATTOS, F.; VIGNOLI, R.

2007 O Papel social dos arquivos: observações acerca da importância dos arquivos para a construção da cidadania e para a preservação da memória. *Informação & Sociedade: Estudos*. 17:2 (2007) 31-39.

OBERG, J.

1979 O Fracasso da "ciência" da UFologia. *New Scientist*. 84:1.176 (1979) 102-105.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

2016 *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo*. [Em linha]. Portugal: Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2016. [Consult. 24 maio 2022]. Disponível em: https://www.instituto-camoes.pt/images/ods_2edicao_web_pages.pdf.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

2015 *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. [Em linha]. 2015. [Consult. 10 jul. 2022]. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/index.php?page=view&type=111&nr=8496&menu=35>.

PERPINYÀ-MORERA, R.; CID-LEAL, P.

2020 Memoria de la ciudadanía: preservación de archivos de movimientos sociales y movilizaciones ciudadanas. *El Profesional de la información*. [Em linha]. 29:6 (2020) e290610. [Consult. 13 maio 2022] Disponível em: <https://doi.org/10.3145/epi.2020.nov.10>.

PORTUGAL. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas [et al.]

2019 *Guia de boas práticas para os arquivos das associações de Cultura, Recreio e Desporto. 1. Gestão de documentos de uso corrente*. [Em linha]. Lisboa: DGLAB, 2019. [Consult. 10 maio 2020]. Disponível em: <https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2019/07/Guia-arquivos-associacoes-1-v.1.pdf>.

REDE DE ARQUIVOS DO ALGARVE

2018 A Salvaguarda dos Arquivos das Associações: projetos colaborativos dos municípios do distrito de Faro e da Rede de Arquivos do Algarve. In ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS DE ASSOCIAÇÕES DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO, 1º, Cascais, 2018. [Em linha]. 2018. [Consult. 10 maio 2020]. Disponível em: <https://rededearquivosdoalgarve.files.wordpress.com/2021/04/a-salvaguarda-dos-arquivos-das-associacoes-cascais-2018.pdf>.

RIESCH, H.; POTTER, C.

2014 Citizen science as seen by scientists: methodological, epistemological and ethical dimensions. *Public Understanding of Science* 23:1 (2014) 107-120.

ROBERTS, N.

2004 Public deliberation in an age of direct citizen participation. *The American Review of Public Administration*. 34:4 (2004) 315-353.

ROSA, M. L.; NÓVOA, R. S., coord.

2014 *Arquivos de família: memórias habitadas: Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2014.

SILVA, A. M.

2010 Mediação e mediadores em Ciência da Informação. *Prisma.com*. [Em linha]. 9 (2010). [Consult. 5 jun. 2022]. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26174/2/000106387.pdf>.

SILVA, A. M. D.; BORGES, L. C.

2018 A Transcrição e a leitura de manuscritos entre o crowdsourcing e a participação cidadã. CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 13^o, Fundação, 2018 - *Atas*. [Em linha]. 2018. [Consult. 4 jun. 2019]. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1792>.

SILVA, A. M. D.; BORGES, L. C.; MARQUES, M. B.

2018 Crowdsourcing in history projects in local archives of Portugal and England: a comparative analysis. In ISC CONFERENCE: INFORMATION SOCIETY AND SMART CITIES, 2nd, Cambridge, 2018 - *Proceedings*. [Em linha]. Cambridge: Fitzwilliam College, University of Cambridge, 2018. [Consult. 4 jul. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/81355>.

SMITH, K. M.; GORMAN, K. P.

2021 Mobilizing Citizen Archivists: North Carolina Documents the Great War. *Journal for the Society of North Carolina Archivists*. [Em linha]. 17 (2021) 35-56. [Consult. 20 jun. 2022]. Disponível em: https://www.ncarchivists.org/wp-content/uploads/2021/10/JSNCA_Vol17.pdf.

SUROWIECKI, J.

2004 *The Wisdom of crowds: why the many are smarter than the few and how collective wisdom shapes business, economies, societies, and nations*. New York: Double Day, 2004.

TOMIĆ, M.; GRZUNOV, L.; DRAGIJA IVANOVIĆ, M.

2021 Crowdsourcing transcription of historical manuscripts: citizen science as a force of revealing historical evidence from Croatian Glagolitic manuscripts. *Education for Information*. [Em linha]. 37:4 (2021) 443-464. [Consult. 14 jun. 2022]. DOI: 10.3233/EFI-211555.

ZASTROW, Jan

2014 Crowdsourcing cultural heritage: 'Citizen archivists' for the future. [Em linha]. *The Digital Archivist*, Vol. 34, n.º8, Outubro. [Consult. 15 de Julho 2022]. Disponível em <https://www.infotoday.com/cilmag/oct14/Zastrow--Crowdsourcing-Cultural-Heritage.shtml>.

Luísa Alvim | mluisa.alvim@gmail.com

CIDEHUS-Universidade de Évora; CEIS20-Universidade de Coimbra, Portugal

Sandra Patrício | sandrapatricio2@sapo.pt

Arquivo Municipal de Sines / Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa / Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, HTC NOVA, Portugal